

## Prefeitura de Ponta Grossa doa terreno para construção do Fórum



A partir da direita, o prefeito de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau Filho; a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michael Bacia Batista; o presidente da Câmara Municipal, vereador Sebastião Mainardes Júnior; e o corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas, após o descerramento da placa alusiva à doação do terreno para construção da nova sede do Fórum **p. 3**

### Desembargadora Wanda da Silva alcança aposentadoria

O Diário Oficial da União publicou, na edição de 14 de janeiro, decreto do presidente da República que confirma a aposentadoria da desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. O Órgão Especial do TRT havia deferido a aposentadoria em sessão de 24 de novembro. A magistrada presidiu o Tribunal paranaense de dezembro de 2005 a dezembro de 2007. **p. 5**

### Posse de juiz substituto na Justiça do Trabalho do Paraná

O magistrado Marlos Augusto Melek foi investido, em 18 de dezembro de 2008, no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho da 9ª Região. Natural de Itajaí, Santa Catarina, o juiz Marlos bacharelou-se em Direito, no ano de 1997, pela Faculdade de Direito de Curitiba (UNICURITIBA) e obteve pós-graduação em Direito do Trabalho e em Administração de Empresas, com ênfase em Gestão Industrial. **p. 6**

### Nesta Edição

- Escolhido o Selo do Memorial - Acervo Histórico **p. 4**
- Presidente visita VTs do Noroeste do Estado **p. 7**
- JACs intensificam trabalhos em 2009 **p. 8**
- Correições regionais começam no dia 2 de fevereiro **p. 10**

# TRT do Paraná implanta ferramentas de Planejamento Estratégico

Flaviane Galafassi

Órgãos governamentais estão buscando nos instrumentos de gestão contemporâneos, antes mais frequentes na iniciativa privada, um auxílio para oferecer melhor serviço à sociedade. O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná começou a colocar em prática a ferramenta para implantar mecanismos que tragam maior celeridade à prestação de seus serviços. Estão em andamento 71 projetos no TRT-PR, aprovados no final de 2008, para execução neste ano e nas próximas administrações.

“Estamos nos apropriando da *expertise* da iniciativa privada e adequando-a ao nosso universo, porém o foco é o mesmo: maior produtividade com menor custo”, explica a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista.

O desenvolvimento dos projetos como ferramenta administrativa é uma das ações propostas pelo planejamento estratégico do TRT-PR, também aprovado em 2008. Busca-se o cumprimento de objetivos e metas (aos quais se vincula cada projeto) com base em visão e missão preestabelecidas. “Atendendo aos requisitos previamente traçados pelo planejamento, será possível concretizar ainda melhor a missão do Tribunal, que é a de solucionar os conflitos provenientes das relações de trabalho, com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão, com vistas a ser reconhecido como referencial de qualidade e agilidade na Justiça do Trabalho”, explana a presidente.

De acordo com a presidente, o bem administrar consiste em interpretar os objetivos propostos pela instituição e transformá-los em ação organizacional por meio de planejamento, metodologia, direção e controle dos esforços realizados em todas as áreas do Tribunal”, explica. “Desta forma, o planejamento estratégico se faz importante, uma vez que estabelece agenda específica, objetivando o alcance de metas estratégicas para a concretização futura dos objetivos institucionais”.

Para a presidente, a definição dos projetos permite continuidade nos trabalhos, independente da administração. “A idéia é sistematizá-los, de tal sorte que uns sirvam de suporte para o desenvolvimento dos seguintes, otimizando o resultado e reduzindo custos”, afirma.

Os projetos desenvolvidos pelo TRT-PR estão em sintonia com os padrões do Project Management Institute (PMI), maior organização internacional de metodologia, suporte e certificação de gerenciamento de projetos, presente em 170 países.

Para capacitar os servidores no desenvolvimento dos projetos, de acordo com os conceitos da administração, o Regional paranaense fez parceria com a Fundação Getúlio Vargas e está oferecendo curso de MBA em Gerenciamento de Projetos - Setor Público para 40 pessoas. O curso começou em novembro e terá duração de 18 meses. Participam do MBA servidores de diversas áreas do TRT paranaense, que estão sendo capacitados para gerência de

projetos e depois serão responsáveis pela disseminação do conhecimento quanto à aplicação da ferramenta no desenvolvimento dos trabalhos.

Dentre os projetos em andamento está o “Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação”, uma ferramenta do programa nacional Gespública, que permite coletar, de forma sistematizada, dados que aferem o grau de satisfação dos usuários. O projeto está vinculado ao objetivo estratégico de aperfeiçoar o relacionamento institucional e atende à meta de aperfeiçoar os canais de comunicação do Tribunal.

Também estão em andamento projetos como o “Banco de Soluções”, no qual serão depositadas as melhores práticas e idéias desenvolvidas no TRT-PR; “Excelência no Atendimento ao Balcão”, que objetiva desenvolver empatia com o cidadão atendido em todas as unidades; a “Carta de Serviços ao Cidadão”, outro instrumento do programa Gespública no qual o TRT assumirá, perante a sociedade, compromissos em diversos serviços prestados, objetivando elevar o nível de exigência com a qualidade; o “Memorial da Justiça” e o “Selo de Acervo Histórico”, projetos que prestigiarão o resgate e a preservação da memória da Justiça do Trabalho no Paraná; “Ginástica Laboral via intranet”, que atingirá todos os servidores do Tribunal com baixíssimo custo, além de diversos projetos na área de informática, voltados à agilização dos serviços prestados e que criam novas funcionalidades que contribuem para a eficiência. ■

## NONA

Publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michaele Bacila Batista. **Vice-Presidente e Ouvidor-Geral:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins.

**Assessora de Comunicação Social e Jornalista Responsável:** Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** Flaviane Galafassi e Jussara Elisa. **Fotografia:** Flaviane Galafassi, Inara Passos, Jussara Elisa, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Irene Pioker, Jussara Elisa, Maria Ângela Marques e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Apoio:** Vera Gutmann. **Tiragem:** 700 exemplares. **Impressão:** Gráfica Mult-Graphic.

**Sugestões e opiniões para o NONA:** Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo) - 10º andar - Curitiba - Paraná Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.jus.br

# Prefeitura de Ponta Grossa doa terreno para construção do Fórum

Jussara Elisa

Foi realizada, em 30 de janeiro, solenidade alusiva à doação de terreno pelo Município de Ponta Grossa para construção da sede do Fórum da Justiça do Trabalho daquela cidade.

O terreno de aproximadamente 13 mil m<sup>2</sup>, situado na esquina das ruas Ermelino de Leão e Maria Rita Perpétua da Cruz, no bairro Olarias, integra o chamado Centro Judiciário de Ponta Grossa, que reunirá órgãos da Justiça e do Ministério Público do Estado e da União em espaços físicos vizinhos.

## ■ A CERIMÔNIA

A cerimônia contou com as presenças da presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, do prefeito Pedro Wosgrau Filho, e dos desembargadores Ney José de Freitas (corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho) e Ubirajara Carlos Mendes. Também participaram do ato o presidente da Amatra-IX, juiz Bráulio Gabriel Gusmão; as diretoras do Fórum da Justiça do Trabalho de Ponta Grossa, juízas Gianna Malucelli Tozetto, Silvana Souza Netto Mandalozzo (substituta) e Sandra Mara de Oliveira Dias (em exercício); o procurador do Trabalho Iros Reichmann Losso (Ofício de Ponta Grossa); o presidente da Câmara Municipal, vereador Sebastião Mainardes Júnior; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Ponta Grossa, Henrique Hennerberg; e o presidente da Comissão de Relações Internacionais do Conselho Federal da OAB, Roberto Busatto; dentre outras autoridades, magistrados, servidores e advogados.

O presidente da Subseção de Ponta Grossa da OAB, advogado Henrique Henneberg, historiou o processo político, legislativo e institucional da ideia de um centro integrado. Enalteceu, também, a conjugação de esforços de diversos setores da sociedade pontagrossense, que superaram as resistências que haviam à concretização do



Autoridades presentes à solenidade alusiva à doação de terreno para construção da nova sede do Fórum da Justiça do Trabalho de Ponta Grossa, em 30 de janeiro

complexo.

O procurador Iros Reichmann Losso, que representou o Ministério Público do Trabalho, cumprimentou o TRT e o município pela parceria, destacando que o destinatário final da obra é a população jurisdicionada.

Em seguida, a diretora em exercício do Fórum da Justiça do Trabalho e titular da 2ª VT de Ponta Grossa, juíza Sandra Mara de Oliveira Dias, saudou o acontecimento como uma vitória da comunidade jurídica da cidade, agradeceu ao Tribunal e testificou as ações que o poder público municipal tem realizado em prol dos cidadãos.

O prefeito Pedro Wosgrau Filho, por seu turno, disse sentir-se realizado por, em seu terceiro mandato, iniciar a ocupação da segunda parte de um espaço adquirido há décadas, junto à Rede Ferroviária Federal. O primeiro, explicou, foi o Parque Ambiental, de frente à área onde será erigido o Centro Judiciário.

A presidente Rosalie Batista iniciou seu discurso dizendo que o ato simbolizava a conjugação vitoriosa de esforços de instituições públicas, que percebem o valor do trabalho conjunto, com vistas a objetivos que são de todos. Agradeceu, ainda, ao ex-presidente do TRT-PR José Fernando Rosas e o desembargador Ubirajara

Carlos Mendes pelo empenho em prol da causa do Centro Judiciário. A magistrada finalizou lembrando que as instalações da futura sede do Fórum irão proporcionar, a juízes e servidores, melhores condições para a prestação de seus serviços, que têm por alvo a satisfação do cidadão. "Para o Tribunal, um bom prédio é também aquele que esteja voltado à comodidade dos trabalhadores, empresários, advogados, testemunhas e peritos. Este ato é o marco primeiro, o ponto de partida, a gênese de uma obra voltada ao povo dos Campos Gerais."

A presidente Rosalie Batista, o prefeito Pedro Wosgrau Filho, o presidente da Câmara Sebastião Mainardes Júnior e o corregedor Ney José de Freitas procederam ao descerramento da placa alusiva à doação do terreno.

O padre Ademir da Guia Santos (Diocese de Ponta Grossa) e o pastor José Vicente de Lima Neto (Igreja Presbiteriana do Brasil) abençoaram o terreno.

Ao final, a Justiça do Trabalho do Paraná, pelos servidores que atuaram no gabinete do juiz Fernando Rosas, homenageou o magistrado hoje aposentado. Ângela Marques, assessora da Presidência, entregou presente e cartão ao juiz, que agradeceu a manifestação emocionado. ■

COM REPORTAGEM DE CÉSAR CALDAS

# Escolhido trabalho vencedor do concurso “Selo do Memorial - Acervo Histórico”

Jussara Elisa

O trabalho do servidor Jairo Culau (13ª VT de Curitiba) foi o vencedor do concurso “Selo do Memorial - Acervo Histórico” do Tribunal do Trabalho do Paraná, com 1.386 votos.

A abertura do envelope lacrado, contendo a identificação do autor do trabalho vencedor, aconteceu em sessão pública em 29 de janeiro, no prédio sede do TRT-PR. Participaram da sessão, o ministro Fernando Ono (TST), os desembargadores Rosalie Michaele Batista (presidente do TRT-PR) e Márcio Gapski (TRT-PR), o juiz Paulo Conti e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná.

Coube aos públicos interno e externo a escolha da obra vencedora, dentre os cinco trabalhos selecionados pela comissão julgadora expostos no site do TRT-PR, de 20 a 28 de janeiro.

Em segundo lugar, ficou o trabalho do servidor Joel Gogola (Assessoria de Comunicação Social), com 823 votos.

## ■ O VENCEDOR



O selo ilustra em desenho contemporâneo e estilizado a primeira sede do TRT do Paraná. A arte do prédio da rua 24 de maio resgata visualmente a memória da construção, que não existe mais. Jairo Culau é artista plástico, muralista e também consagrado no desenho de paisagens urbanas em bico-de-pena.

O trabalho vencedor será distribuído a todas as unidades da 9ª Região, ficando à disposição dos magistrados, servidores,

advogados, membros do Ministério Público e das partes, facultando-se previamente a seleção a quem manusear os autos a indicação do documento como de relevância histórica. O propósito é promover a formação e a conservação do acervo histórico, bem como estimular a pesquisa.



Comissão julgadora durante a escolha dos cinco trabalhos finalistas, em 14 de janeiro

De acordo com o edital do concurso, o autor do trabalho vencedor deve concordar em ceder os direitos autorais sobre a logomarca do Selo Memorial - Acervo Histórico da Justiça do Trabalho ao TRT, de pleno direito e por prazo indeterminado, sem fazer jus a outra forma de remuneração, além do prêmio.

## ■ O CONCURSO

A comissão julgadora do concurso “Selo do Memorial - Acervo Histórico” selecionou, no dia 14 de janeiro, cinco trabalhos dos dezoito inscritos no processo. A seleção atendeu a critérios de avaliação que levaram em conta criatividade artística, linguagem, comunicabilidade com o público alvo e viabilidade técnico-financeira.

Os membros da comissão avaliadora foram a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista; o corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas; o diretor do Fórum de Primeiro Grau de Curitiba, juiz José Aparecido dos Santos; e os servidores do TRT-PR Eliane Márcia Brito (secretária-geral da Presidência), Vanderlei Crepaldi Peres (diretor-geral), Eva Franchetti Silva (secretária substituta do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada), Edson Mitsuo Ito (secretário da Coordenação Judiciária), Jussara Elisa Camargo dos Santos (assessora de Comunicação Social) e Neide Oliveira Spindola (diretora do Serviço de Arquivo e Documentação). ■



O ministro Fernando Ono (TST), a desembargadora Rosalie Batista (presidente do TRT-PR), o servidor Jairo Culau (vencedor do concurso) e o desembargador Márcio Gapski (TRT-PR), após a sessão que apresentou o selo escolhido

# Desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva alcança aposentadoria

Jussara Elisa

O Diário Oficial da União publicou, na edição de 14 de janeiro, decreto do presidente da República que confirma a aposentadoria da desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. O Órgão Especial do TRT havia deferido a aposentadoria em sessão de 24 de novembro.

Natural de São Paulo, a ex-presidente do Regional graduou-se na turma de 1973 da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, cursando posteriormente especialização em Direito Processual Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Após exercer a advocacia na área de Direito do Trabalho na região do ABC paulista e junto à Justiça Militar em São Paulo, também assessorou o então ministro Rezende Puech, do Tribunal Superior

do Trabalho.

Aprovada em concurso de provas e títulos ao cargo de Procurador, ingressou em 1983 no Ministério Público do Trabalho, onde atuou por 10 anos. Em 30 de julho de 1993, assumiu o cargo de Juiz (hoje Desembargador) do TRT da 9ª Região, nomeada pelo presidente da República em vaga reservada pela Constituição Federal ao Ministério Público.

Ex-professora da então denominada Faculdade de Direito de Curitiba (1990-1993), a desembargadora foi homenageada em 1997 pelo TST, em Brasília, recebendo comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

A magistrada foi corregedora da 9ª Região da Justiça do Trabalho entre os meses de dezembro de 2001 e 2003 e vice-presidente do TRT-PR de dezembro de 2003 a dezembro de 2005. Pre-

sidiu o Tribunal paranaense no biênio subsequente e coordenou o Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs (Coleprecor), em mandato anual (2006/2007). Quando de sua aposentadoria, atuava na 3ª Turma do TRT. ■



A magistrada presidiu o TRT-PR no biênio 2005-2007

## JT apresenta sistema que aprimora mecanismos de gestão e controle

Jussara Elisa

O Tribunal Superior do Trabalho apresentou a todos os presidentes e corregedores dos TRTs, em 17 de dezembro, o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho - "e-Gestão".

O sistema servirá como ferramenta de gerenciamento e planejamento, além de conferir maior transparência às atividades da Justiça do Trabalho. A proposta

do e-Gestão é proporcionar ao TST, à Corregedoria-Geral, aos TRTs, às Corregedorias Regionais e aos magistrados em geral, o acesso a informações atualizadas (com defasagem de apenas um dia) sobre a estrutura administrativa e da atividade judicante de primeiro e segundo grau. Externamente, qualquer interessado terá acesso, pela internet, às informações relativas às Varas e TRTs, como o ranking de produtividade dos juízes, os indicadores

de desempenho de cada unidade (carga de trabalho, prazo médio para solução de processos e taxa de congestionamento, por exemplo) e os temas objeto dos processos mais discutidos. A ferramenta foi desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TST, em parceria com técnicos de TI dos TRTs das 2ª, 4ª, 5ª e 9ª Regiões (sediados em São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Curitiba, respectivamente), a pedido do corregedor-geral. ■

### CCJC aprova projeto que cria novos cargos para o TRT-PR

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 16 de dezembro, por unanimidade, o parecer do deputado relator Ricardo Barros (PP-PR) ao Projeto de Lei 3.350/2008, que cria 320 novos cargos de servidor para o Tribunal do Trabalho da 9ª Região. Tão logo iniciados os trabalhos parlamentares de 2009, oficialmente em 2 de fevereiro, o projeto será distribuído ao Senado. É prioridade da Administração do TRT, para o que tem contado com permanente apoio de representações institucionais, a ágil aprovação final da Lei por aquela Casa.

■ Flaviane Galafassi

# Posse na Justiça do Trabalho do Paraná

Jussara Elisa

O magistrado Marlos Augusto Melek foi investido, em 18 de dezembro de 2008, no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho da 9ª Região (Paraná).

Natural de Itajaí (SC), o juiz Marlos bacharelou-se em Direito em 1997 pela Faculdade de Direito de Curitiba (UNICURITIBA) e obteve pós-graduação em Direito do Trabalho e em Administração de Empresas, com ênfase em Gestão Industrial. Foi empresário, advogado e professor de Direito do Trabalho na Universidade Tuiuti do Paraná.

Aprovado em concurso público, em 29 de setembro de 2006, foi empossado no mesmo cargo de Juiz Substituto na 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins), onde exerceu a jurisdição em Varas de Brasília, Taguatinga e em viagens do Juízo Trabalhista Itinerante ao interior tocaninense.

Sua vinda ao Paraná decorre do deferimento de tríplice permuta requerida por ele e outros juízes. Em decorrência, o também substituto Murilo Carvalho Sampaio Oliveira passou do quadro da magistratura trabalhista paranaense para a 5ª Região (Bahia) e, desta última, o juiz Vilmar Rêgo Oliveira mudou seu exercício para o Regional sediado em Brasília.

## ■ O ATO

Participaram do ato, os presidentes da Amatra-IX e da AATPR, juiz Bráulio Gabriel Gusmão e advogado Israel Caetano Sobrinho, respectivamente, e o conselheiro estadual da OAB-PR,



O juiz Marlos Augusto Melek no momento da assinatura do termo de investidura

advogado José Lúcio Glomb, representando a instituição. Magistrados e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná também acompanharam a cerimônia.

O desembargador Ney José de Freitas, corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, entregou ao empossado a carteira funcional.

## ■ DISCURSOS

O juiz Marlos Melek iniciou seu pronunciamento agradecendo aos Tribunais do Trabalho pela permuta. “Essa autorização permitiu retornar à minha terra, à minha família, que é a minha fortaleza”. O magistrado apresentou na oportunidade os seus projetos como juiz do Paraná: “Desenvolverei o meu trabalho com muito amor e com muito afinco. Para os advogados, merecedores de profundo respeito, oferecerei a pon-

tualidade para o início das audiências e na entrega das sentenças. Cumprindo os provimentos, darei especial atenção às conciliações, observarei a celeridade, o planejamento estratégico. Pretendo atuar como extensão do pensamento e do trabalho do Tribunal”.

Em seu discurso, a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, lembrou o interesse do magistrado Marlos em atuar na Justiça do Trabalho do Paraná. “Receber um juiz que escolheu a nossa Região, sacrificando até mesmo uma posição melhor na lista de antiguidade no seu Regional de origem, é especial. Denota a vontade que o magistrado demonstrou em somar-se a nós, emprestando seus conhecimentos e sua experiência para a entrega da Justiça ao povo do nosso Estado. E o desejo de voltar a uma terra com a qual guarda laços de afetividade. Quiseram os desígnios de Deus que o concurso público para o qual foi aprovado fosse o da 10ª Região, sediado na Capital Federal. Estou certa de que, profissionalmente, é um cidadão feliz, aqui, lá ou em qualquer jurisdição. A saudade do Paraná, contudo, onde tem familiares e amigos, justificou o ânimo de seu retorno. Um procedimento inédito para a 9ª Região, a permuta dita “triangular”, abriu tal possibilidade. Nosso Órgão Especial, analisando o requerimento formulado por ele e dois outros juízes, autorizou a troca, que foi também chancelada pelos Tribunais das 5ª e 10ª Regiões”.

## São José dos Pinhais ganha 3ª Vara do Trabalho



Será instalada, às 16 horas de 18 de fevereiro, a 3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais. A unidade judiciária será a 21ª das 25 autorizadas pela Lei 10.770/2003 para o Paraná, que passa a contar com 82 VTs. Na oportunidade também será inaugurada a obra de ampliação da sede do Fórum do Trabalho de São José dos Pinhais. A Administração do TRT-PR avalia que a 3ª Vara do Trabalho irá atender ao aumento da demanda processual da localidade, que anualmente recebe cerca de 4 mil novas ações trabalhistas. Foram investidos R\$ 303,5 mil na obra - recursos do orçamento próprio do TRT do Paraná.

■ Jussara Elisa

# Presidente do TRT-PR visita Varas do Trabalho no Noroeste do Estado

## **Agenda faz parte da proposta de interiorização das ações da administração do Regional paranaense**

Flaviane Galafassi

A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista; o diretor-geral, Vanderlei Peres; a assessora da Presidência, Maria Ângela Marques; e o diretor da Secretaria de Coordenação Judiciária, Edson Ito, estiveram no Noroeste do Estado, no mês de janeiro, visitando as Varas do Trabalho de Apucarana, Cianorte, Paranavaí e Nova Esperança. As visitas fazem parte da proposta de interiorização das ações de administração da Justiça do Trabalho. Na oportunidade, além da presidente manter contato institucional com autoridades do executivo e legislativo dos municípios, ouviu juizes e advogados da região, quando pode perceber as necessidades locais. “Com o contato direto é possível uma melhor avaliação das condições de trabalho, das necessidades estruturais e de pessoal de cada unidade e, desta forma, projetar soluções mais eficazes para oferecer um serviço cada vez mais aprimorado ao cidadão”, enfatizou a presidente. O diálogo com 44 servidores retomou o programa “Fale com a Presidente”, em 2009.

Nas VTs visitadas, a presidente ouviu pedidos para aumentar o número de

servidores visando a atender à demanda de cada região. “Com a aprovação do Projeto de Lei em andamento no Senado, que cria 320 novos cargos para o TRT-PR, será possível dotar as Varas do Trabalho com o número de servidores indicado pelo Conselho como razoável para o bom funcionamento dos trabalhos. Já prorrogamos o prazo para a validade do último concurso público e assim que o projeto for aprovado, o que acreditamos acontecer já neste início de ano, daremos sequência à convocação”, explicou.

A presidente também participou, em 23 de janeiro, da instalação da nova sede de Comissão de Conciliação Prévia Intersindical, em Terra Rica, Noroeste do Estado. As comissões, que são previstas na CLT, buscam obter acordos entre empregadores e empregados. “A conciliação traz a paz social e por isso é importante o papel dessas comissões. A Justiça do Trabalho tem atuado pela priorização do acordo, sempre com o objetivo da conciliação antes do julgamento”, lembrou a presidente. ■



Presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista, conversa com servidores durante visita à VT de Cianorte

### Concursos públicos para juiz e servidor

Estarão abertas, de 16 de fevereiro a 17 de março deste ano, as inscrições ao XXII Concurso para a Magistratura do Trabalho da 9ª Região. As inscrições serão feitas apenas por meio eletrônico, pelo site [www.msconcursos.com.br](http://www.msconcursos.com.br). O concurso terá cinco fases de acordo com calendário provisório. A primeira prova (conhecimentos gerais) está prevista inicialmente para 18 e 19 de abril. A composição das bancas examinadoras do concurso foi aprovada pelo Órgão Especial, em 26 de janeiro.

Na mesma sessão do dia 26, o Órgão Especial, deliberou a prorrogação do prazo de validade do concurso público ao cargo de Servidor da Justiça do Trabalho da 9ª Região, pelo período de um ano, até 31 de janeiro de 2010. A medida visa a nomear os aprovados para as vagas previstas no Projeto de Lei 3.350/2008 (ver matéria na p.5 desta edição). ■ Jussara Elisa

### Curso para Calculistas

Teve início em 23 de janeiro, com previsão de encerramento em 13 de março, o Curso Básico para Formação de Calculistas. O objetivo é dar atendimento a uma determinação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Constam do programa: nivelamento de informações (dotando os participantes de conhecimentos matemáticos e de fluxo processual), conceituação das verbas trabalhistas, correção monetária e juros, dentre outras questões. ■ Jussara Elisa

# JACs intensificam trabalhos em 2009

Flaviane Galafassi

**O**s Juízos Auxiliares de Conciliação de Primeiro e Segundo Grau (JAC1 e JAC2) projetam intensificar os trabalhos em 2009. Após um início de ano marcado pela realização de várias audiências, a expectativa é que nos próximos meses sua atuação se amplie, com o aumento do número de juízes e servidores.

Uma das explicações para a maior procura pelos Juízos Auxiliares de Conciliação, logo em janeiro, vincula-

se ao melhor conhecimento, por parte da comunidade, da atividade permanente dos juízos. Isso resulta, em grande medida, do mutirão realizado em dezembro último, durante a Semana Nacional pela Conciliação. "Quanto mais divulgamos os resultados, mais a sociedade atenta para a importância da conciliação, como instrumento de pacificação social", informa a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista. Ela acrescenta que a Justiça do Trabalho tende

a investir cada vez mais em projetos que priorizem o acordo e que proporcionem às pessoas a oportunidade de realizá-lo.

O balanço anual dos Juízos Auxiliares de Conciliação atesta o alto índice de acordos na Justiça do Trabalho do Paraná. No ano passado, o JAC1 realizou 329 audiências, com acordos em 52% delas. No JAC2, o índice de conciliação atingiu 69% - decorrência da composição entre as partes em 113 das 164 audiências realizadas. ■

# Parceria viabiliza reforma no Fórum do Trabalho de Londrina para instalação da 7ª VT

Flaviane Galafassi

A reforma do Fórum da Justiça do Trabalho de Londrina para a instalação da 7ª Vara será executada com recursos da Prefeitura Municipal de Londrina e do TRT do Paraná. Decreto que autoriza o repasse de R\$ 40 mil, aprovado pela Câmara Municipal, foi assinado em 29 de janeiro pelo prefeito Padre Roque. O valor é cerca de 50% do custo total da obra, que é de R\$ 82 mil. O restante dos recursos virá do próprio orçamento do Tribunal. A obra será iniciada após assinatura de convênio entre a Prefeitura de Londrina e o TRT-PR. Assim, será dado início ao processo de licitação da obra, o

que deve ocorrer ainda no primeiro trimestre deste ano.

O prédio sede do Fórum da Justiça do Trabalho pertence à União e foi construído em 1981. Para abrigar a 7ª Vara do Trabalho será reformada a sobreloja, onde atualmente funciona o Serviço de Distribuição dos Feitos de Primeiro Grau. Para viabilizar a nova VT, a Ordem dos Advogados do Brasil também cedeu parte da sala onde está instalada.

Em 2008, o Fórum da Justiça do Trabalho de Londrina recebeu 8.250 novos processos, o que corresponde a mais de 1.300 por Vara. "Uma nova Vara do Trabalho vai propiciar maior celeridade

na solução dos processos, pois significa também mais servidores e mais juízes trabalhando nesse sentido", enfatiza a presidente do TRT paranaense, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, que destacou a importância da parceria com o município para viabilizar a obra.

## ■ NOVO FÓRUM

Londrina ganhará, em breve, nova sede da Justiça do Trabalho. O TRT iniciou em 2007 a construção do futuro prédio. O novo Fórum de Londrina está sendo construído no antigo barracão do IBC, com área reformada de 7.135,73 m<sup>2</sup> e área construída de 9.023,94 m<sup>2</sup>, perfazendo mais de 16 mil m<sup>2</sup>. ■

# Tribunal do Trabalho do Paraná realiza pesquisa de satisfação

Flaviane Galafassi

O TRT-PR realizará pesquisa de satisfação junto ao público que utiliza os serviços da Justiça do Trabalho. A ação faz parte do projeto "Excelência de Atendimento ao Balcão", alinhado ao Planejamento Estratégico do Tribunal, que visa a otimizar a qualidade

dos serviços prestados ao cidadão. A pesquisa ocorrerá no período de 16 de fevereiro a 27 de março, com urnas dispostas para recepção dos questionários nas unidades de segunda instância: Secretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada, Secretaria das Turmas, de Precatórios e

de Processamento Judiciário, por meio dos Serviços Processual e de Cadastramento Processual. Na primeira fase de implantação do projeto, o objetivo é conhecer o perfil e a opinião do usuário externo do Tribunal, com vistas a subsidiar eventual adaptação da política de melhoria dos serviços. ■



# Curso preparatório para atividade em gabinetes de desembargador

Jussara Elisa

**F**oi realizado, de 12 a 16 de janeiro, curso preparatório para servidores indicados para o exercício de atividade em gabinetes de desembargador. A proposta do evento foi a de proporcionar conhecimento básico das atividades necessárias ao desempenho da função, racionalizando um aprendizado inicial que seria individualmente dado em cada gabinete.

A organização do curso, solicitada pela presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, deve-se à ampliação da lotação e o direcionamento de mais uma função de assistente para cada gabinete dos desembargadores do Tribunal.

Além dos servidores já indicados, foi aberta a possibilidade de inscrição de outras pessoas que tivessem interesse no curso. A quantidade de equipamentos, contudo, e a preocupação com o bom aproveitamento do conteúdo oferecido, limitou a participação a 40 servidores, dentre os 60 inscritos.

Durante 20 horas, foram passadas noções sobre linguagem, argumentação, interpretação, reforma ortográfica e questões gramaticais, elaboração de minuta de voto em recurso ordinário, utilização do sistema e-gab, admissibilidade de agravo de petição, execução trabalhista e tramitação de processos no Tribunal.



O vice-presidente e ouvidor-geral do TRT-PR, desembargador Luiz Gunther, durante o encerramento do curso

Os trabalhos do curso foram abertos pela presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista. Segundo a magistrada, o "curso se alinha à proposta de nossa administração, de proporcionar aos recursos humanos adequado treinamento e constante atualização. A consecução de tal objetivo depende não só da capacidade daqueles que ministrarão as aulas, mas também - e em grande medida - da qualidade, da dedicação, do interesse e da responsabilidade dos servidores que se inscreveram".

No decorrer do curso os alunos desenvolveram diversas atividades práticas e alguns trabalhos que permanecerão arquivados para eventual consulta de desembargadores, juízes e assessores. As aulas foram dadas pelos juízes Cássio Colombo Filho e José Aparecido dos Santos, titulares das 18ª e 17ª VTs de Curitiba, respectivamente, e pela professora Ana Paula Costa de Oliveira. O organizador do curso, Elcio Osiris Narloch (secretário da 3ª Turma), destacou o auxílio de servidores da Secre-

taria-Geral da Presidência, dos gabinetes, das Secretarias de Informática e de Recursos Humanos, dos Setores de Sonorização e Reprografia e da Assessoria de Comunicação Social, para a organização, estruturação e transmissão de conhecimentos. A contribuição de juízes e servidores ocorreu sem prejuízo das atividades normais que desempenham.

O encerramento coube ao vice-presidente e ouvidor-geral do TRT, desembargador Luiz Eduardo Gunther, que elogiou o conteúdo programático do curso. Segundo ele, o Tribunal deve continuar a realizar treinamentos como esse, em razão do resultado altamente produtivo. Disse também que a troca de experiências e de informações resulta em maior sintonia entre servidores e magistrados, o que contribui para mais rapidez na entrega da jurisdição e para a manutenção do alto grau de credibilidade de que já desfruta a Justiça do Trabalho junto à população.

Os servidores que participaram do curso fizeram uma avaliação positiva de vários itens, como conteúdo abordado, recursos audiovisuais utilizados, instalações, carga horária, organização e material fornecido. A média das notas dadas pelos alunos foi superior a 8. Para mais de 85% dos presentes, o curso atendeu às expectativas. ■



A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista e Elcio Narloch

# Correições nas Varas começam dia 2

Flaviane Galafassi

**E**m 2 de fevereiro, começam as correições ordinárias de 2009 na Justiça do Trabalho do Paraná. As primeiras unidades que receberão a visita correicional são as 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 19ª e 20ª Varas do Trabalho de Curitiba, além da Direção do Fórum. O cronograma deverá seguir, em 2009, ordem semelhante à do ano passado, com as adaptações necessárias de acordo com as férias dos juízes e a agenda do corregedor. Além das 81 Varas do Trabalho do Paraná e dos Postos de Atendimento já visitados no ano passado, serão incluídos na correição deste ano novas unidades, como o PA de Campo Largo.

De acordo com o corregedor regional, desembargador Ney José de Freitas, o balanço das correições de 2008 mostra a importância do papel da Corregedoria na fiscalização, orientação e recomendação, quanto ao bom andamento dos serviços. "Há que se buscar a excelência em nossa área de atuação e ter compromisso com o resultado. Todos nós podemos e devemos melhorar a cada dia, porque a qualidade resulta em benefício aos jurisdicionados", diz.

Uma das orientações para que os trabalhos sejam realizados dentro das normas, visando à padronização, à transparência e à celeridade aos serviços prestados, é que juízes e servidores tenham amplo conhecimento e atendam ao que preceituam o Provimento-Geral da Corregedoria Regional e a Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-

Geral da Justiça do Trabalho.

Baseada nas correições realizadas no ano passado, o corregedor regional alerta quanto ao que deve ser observado nas Varas do Trabalho do Paraná. Entre as recomendações, está uma maior utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis para a execução, como Bacen Jud, Infojud e Renajud. Outra é a utilização adequada do SUAP, com o registro de todos os atos processuais praticados. Deve ser observado se o arquivamento provisório dos autos é precedido de certidão do diretor de secretaria, atestando que não há depósito judicial ou recursal. A Corregedoria recomenda também que, após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, seja ordenada pelo juiz a imediata liberação deste em favor do credor, de ofício ou a requerimento do interessado. Além disso, há recomendação para o proferimento de sentenças líquidas nas causas submetidas ao rito sumaríssimo, pelo juiz titular e pelo substituto, sempre que o Tribunal disponibilizar contador ou serviço de contabilidade para dar suporte aos magistrados e que sejam incluídos, nas pautas, processos na fase de execução.

De acordo com o desembargador Ney José de Freitas, nas visitas às Varas do Trabalho também se pode observar muitas iniciativas interessantes, como a elaboração de apostilas com procedimentos básicos em uma Vara do Trabalho, experiência realizada pela 16ª VT

de Curitiba; treinamentos com os servidores, inclusive com estudo do Provimento-Geral da Justiça do Trabalho do Paraná, realizados pelas Varas de Pato Branco, 2ª e 20ª VTs de Curitiba; desenvolvimento de tabela para o cálculo correto do imposto de renda retido dos créditos trabalhistas e preenchimento da Dirf pelos bancos, pela 17ª VT de Curitiba; doação de livros infantis para creches municipais, pela Vara de Paranavaí; e cuidados com a memória da Justiça do Trabalho, com a preservação de fotografias, como encontrado nas Varas de Jacarezinho, 2ª de Araucária, 11ª e 13ª de Curitiba.

A preservação da memória da Justiça do Trabalho do Paraná, com o arquivamento de fotografias, mobiliário e processos históricos, inclusive, é considerada pelo corregedor regional de fundamental importância. "Precisamos ter um cuidado especial com a preservação histórica e todos devem ter os olhos voltados a este trabalho. É com o arquivamento e a exposição de todo esse material que a história da Justiça do Trabalho poderá ser contada para as gerações seguintes", diz. Para colocar em prática o projeto "Memorial da Justiça", já em andamento no TRT-PR, será aplicada, neste início de ano, uma pesquisa junto às Varas do Trabalho do Paraná, que resultará em levantamento sobre o material preservado em cada unidade e também sobre os procedimentos que deverão ser tomados a partir deste ano, quanto ao arquivamento e à exposição do material preservado. ■

## TRT da 9ª Região apoia campanha do CNJ

O Tribunal do Trabalho do Paraná está participando da campanha institucional do Conselho Nacional de Justiça destinada a sensibilizar a população para a necessidade de recolocação, no mercado de trabalho e na sociedade, dos ex-presidiários. Denominada "Começar de Novo", a campanha, de utilidade pública, está sendo veiculada gratuitamente em emissoras de rádio e televisão e no portal do CNJ ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)). A participação do TRT-PR na campanha teve início em janeiro, com a distribuição de cartazes alusivos à mobilização para todos os fóruns da Justiça do Trabalho do Estado e a publicação do ícone gráfico em seu site ([www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br)), com link para a página da internet do CNJ.

■ Jussara Elisa

# DEJT seguirá em teste durante fevereiro

O Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), instituído conforme autoriza o art. 4º da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e que será o instrumento oficial de divulgação e publicação dos atos do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, da Enamat e demais órgãos da Justiça do Trabalho, está sendo testado no TRT do Paraná.

Publicações oficiais já são veiculadas exclusivamente no DEJT desde agosto de 2008 pelo TRT da 10ª Região e, desde outubro do mesmo ano, pelo TST.

Até dezembro último, o Sistema Unificado de Administração de Processos (SUAP) do TRT da 9ª Região passou por várias alterações objetivando disponibilizar os arquivos para envio ao DEJT no formato exigido pelo Diário.

Visando à substituição da utilização da Imprensa Oficial (DIOE) pelo Diário Eletrônico, como veículo oficial

para a publicação dos atos do Regional, foi solicitado que as Secretarias, Assessorias, Serviços, Setores e Seções procedam à publicação de seus atos no ambiente de testes do DEJT durante os meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009. O período de testes, contudo, foi estendido para todo o mês de fevereiro.

Como usuário master deste projeto na 9ª Região, José Augusto Conforto, diretor do Serviço Processual, procede ao cadastramento dos usuários no novo sistema e permanece disponível para sanar dúvidas, inclusive fornecendo os manuais explicativos para utilização do DEJT pelos usuários. Tal cadastramento, inicialmente, ocorre no ambiente de testes, para que eventuais falhas e inconsistências possam ser verificadas. Assim que todo o sistema estiver validado, será migrado para o ambiente de uso definitivo, onde as publicações já

terão caráter oficial.

A previsão de operacionalidade plena do DEJT no TRT-PR, portanto, ficou prorrogada para março deste ano. Com sua efetivação, será obrigatória a simultaneidade, por um período mínimo de 30 dias, de publicação no site da Imprensa Oficial do Estado e no DEJT, conforme determinam o CSJT e o TST no Ato Conjunto 15/2008.

A publicação simultânea ensejará, também, que os profissionais da advocacia se habituem, paulatinamente, à nova sistemática de publicação eletrônica. A consulta aos dados publicados eletronicamente poderá ser efetivada livremente pelos interessados, pois não é exigido cadastramento prévio, exceto para a realização das publicações. Como parte da administração do TRT-PR, a Secretaria de Informática encontra-se à disposição para prestar o devido suporte aos problemas técnicos advindos da implantação. ■

## Cresce em mais de 100% o número de atendimentos da Ouvidoria do TRT-PR

Jussara Elisa

Em 2008, o número de colaborações recebidas pela Ouvidoria do Tribunal do Trabalho da 9ª Região aumentou 127%, comparativamente ao ano anterior. Nos 12 meses do ano passado, a unidade realizou 1.810 atendimentos, contra 797 em 2007.

A maior procura foi registrada para obtenção de informações processuais, que constituem 827 das manifestações recebidas - cerca de 45% do total. O acréscimo na procura pelos serviços da Ouvidoria deve-se à divulgação das atividades do órgão, mediante distribuição de cartazes em todo o Estado.

### ■ INTERCÂMBIO

A preocupação do Tribunal do Paraná com a necessidade de intercâmbio de informações entre as Ouvidorias resultou,

no ano passado, no I Encontro Nacional das Ouvidorias da Justiça do Trabalho. Realizado na Escola de Administração Judiciária do TRT-PR, nos dias 25 e 26 de setembro, o evento contou com a participação de 14 Regionais Trabalhistas.

Com a proposta de um serviço público de excelência, em outubro de 2008, a Ouvidoria paranaense participou dos encontros de diretores de secretaria de Varas do Trabalho e de oficiais de justiça avaliadores federais. Na oportunidade, foram apresentados aos servidores a competência da Ouvidoria e o trabalho que desenvolve. O órgão solicitou o máximo apoio das unidades, no sentido de fornecer ao cidadão um atendimento eficiente.

### ■ OBJETIVOS

Criada em 27 de novembro de 2006, a Ouvidoria do TRT-PR recebe manifes-

tações de elogios, sugestões, pedidos de informação e de providências, além de reclamações.

A proposta do Tribunal paranaense é que a Ouvidoria seja - de forma permanente - mais um canal de comunicação entre o cidadão e o TRT. Com isso, pretende-se a melhoria do atendimento ao jurisdicionado, fomentando o acesso à informação e assegurando transparência à gestão pública.

O ouvidor-geral é o vice-presidente do TRT paranaense, desembargador Luiz Eduardo Gunther. Para manifestações, deve-se acessar formulário disponível no site [www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br), no link da Ouvidoria. Outros meios de comunicação com a Ouvidoria são o telefone (41) 3310-7473, o fax (41) 3310-7472 e o e-mail [ouvidoria@trt9.jus.br](mailto:ouvidoria@trt9.jus.br). ■



# Responsabilidade Social: balanço das atividades de 2008

Jussara Elisa

**D**urante o ano de 2008, a Comissão de Responsabilidade Social do TRT do Paraná manteve várias campanhas de arrecadação que contaram com a participação de magistrados e servidores de todo o Regional. As doações foram encaminhadas para instituições cadastradas.

No período, foram arrecadados: 2.240 kg de alimentos e materiais de limpeza, 672 caixas ou cartelas de medicamentos (entregues ao Hospital de

Clínicas de Curitiba), 3.365 livros (enviados às penitenciárias estaduais) e 101 kg de roupas usadas, dentre outras doações organizadas.

Escolhido pela Comissão, em 2008, para receber apoio direcionado à melhoria de suas condições de trabalho, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), situado no município de Almirante Tamandaré, foi agraciado com 439 livros infantis, 77 jogos pedagógicos, 26 jogos para montagem e 104 bichos de brinquedo em

plástico. A unidade também recebeu equipamentos usados, que foram doados por magistrados: um computador com periféricos (monitor, três impressoras, teclado, caixas compactas de som), uma mesa para computador e um armário.

No site do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, podem ser acessadas mais informações sobre as campanhas da Comissão - [www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br), clicando-se em Responsabilidade Social e Informativos. ■

## Biblioteca do TRT do Paraná possui sistema inteligente de busca de informações

Jussara Elisa

A biblioteca do TRT do Paraná possui uma ferramenta eletrônica que auxilia na busca de informações nas bases de dados de livros, artigos de periódicos, DVDs, legislação e jurisprudência (súmulas, especificamente), disponíveis para consulta na intranet e internet. É o sistema SIABI, que foi implantado na biblioteca, em abril de 2008, em substituição ao programa Pergamum. O SIABI é um sistema de automação de bibliotecas.

A diretora do Serviço de Biblioteca e Jurisprudência, Sônia Regina Locatelli, esclarece a forma de acesso às bases de dados e pesquisa. "Magistrados e servidores, com o número de matrícula e senha, podem fazer reserva de material bibliográfico e renovação online. No caso de reserva, o sistema informa, por e-mail, ao usuário cadastrado, se a obra está, ou não, disponível para empréstimo. Um dia antes do vencimento do prazo, o usuário será avisado, através do mesmo meio", explicou.

A atualização das bases de dados é feita diariamente pelo Serviço de Bi-



Servidores da Biblioteca: elogios pela operacionalização do SIABI

blioteca, com novos artigos de periódicos, livros e legislação de interesse da Justiça do Trabalho. A busca do material pode ser feita por autor, título, assunto ou ano da obra, no caso dos livros. Para artigos de periódicos, a busca também pode ser pelo nome da revista de interesse. Sônia lembra que é importante observar que a ordenação no resultado da pesquisa será alfabética de título, seja artigo, livro ou DVD.

Em ofício de 9 de janeiro deste ano, dirigido à presidente do Tribunal do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, o desembargador Márcio Dionísio Gapski manifestou que vê no sistema "uma ferramenta utilíssima aos gabinetes no auxílio à pesquisa para elaboração de votos". "Merecem elogios a Administração e os servidores que o operacionalizaram", também escreveu o magistrado. ■